



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**
PROCESSO Nº: **0328087-1**
AGRAVANTE: **Cia. CLARO S/A**
AGRAVADA: **MARIA JOSÉ RODRIGUES**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA:

DIRIETO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO. INDENIZAÇÃO - REGISTRO INDEVIDO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES - DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL À LESÃO. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 83 STJ. RECURSO IMPROVIDO.

- Aplica-se, na hipótese, a fungibilidade recursal para receber o presente recurso como Recurso de Agravo, conforme o art. 74, VIII, do RITJPE.
- A inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes, de *per si* gera dano moral.
- A indenização fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cobrança e inscrição indevidas no cadastro de inadimplentes, não pode ser considerada absurda, tendo o este Tribunal se baseado no princípio da razoabilidade e proporcionalidade, que norteiam suas decisões.
- Termo *a quo* dos juros moratórios é a partir da efetiva lesão, conforme reza a Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça.
- Ausência de argumento novo capaz de afastar os fundamentos defendidos na decisão terminativa agravada.
- Recurso improvido. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 0328087-1, em que é Agravante **Cia. CLARO S/A** e Agravada **MARIA JOSÉ RODRIGUES**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores que compõem a **Terceira** Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer do recurso para **NEGAR PROVIMENTO**, na forma do relatório, voto e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29-05-2014-


Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
-Relator-



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

OÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**
PROCESSO Nº: **0328087-1**
AGRAVANTE: **CIA. CLARO S/A**
AGRAVADA: **MARIA JOSÉ RODRIGUES**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

Cia. CLARO S/A ingressou com o presente Agravo Regimental em face de decisão terminativa proferida por esta relatoria, em sede de Apelação, a qual foi negada seguimento.

Nos termos da sentença, foi julgado procedente o pedido da inicial, condenando a ré/agravante ao pagamento em favor da demandante/agravada da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), incidindo juros de mora de 1% ao mês a partir do fato danoso (06/11/2009), conforme súmula nº 54 do STJ, e correção monetária pelo índice da tabela ENCOGE, a partir deste arbitramento, de acordo com a Súmula 363 do STJ. Na mesma linha, condena a mesma ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no patamar de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Nos presente recurso, destina seus argumentos no sentido de ter sido o ato ilícito realizado por culpa exclusiva de terceiro, afirmando que esta recorrente se encontra isenta de qualquer responsabilidade.

Noutro aspecto, trata da ausência do dever de indenizar, por se tratar de mero aborrecimento, não possuindo, pois, força suficiente para caracterizar dano moral.

Pugna pela minoração do dano moral, afirmando estar em desconformidade com os princípios norteadores da proporcionalidade e razoabilidade.

Por fim, no que tange aos juros de mora, traz entendimento diferente e atual do STJ: "*os juros de mora, referentes à reparação do dano moral contam-se a partir da sentença que fixou o valor da indenização*". Fundamenta que os danos morais assumem expressão patrimonial com o arbitramento de seu valor em dinheiro na sentença de mérito.

Prequestiona a respeito da improcedência do pedido de dano moral, bem como o excessivo valor arbitrado a título de dano moral.

Ao final, pugnou pela reapreciação por esta relatoria e não havendo retratação da decisão monocrática, que seja apresentado à colenda Turma requerendo que seja dado provimento ao Recurso de Apelação, para que seja reformada a decisão de piso.

É o relatório.

Recife, 29.05.2016


Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
-Relator-



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**
PROCESSO Nº: **0328087-1**
AGRAVANTE: **Cia. CLARO S/A**
AGRAVADA: **MARIA JOSÉ RODRIGUES**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

Nos exatos termos do §1º do art. 557, do CPC, caberia recurso de agravo contra a decisão em comento. Ocorre que o art. 74, VIII do Regimento Interno dessa Corte de Justiça, prevê Recurso de Agravo para julgamentos do relator nos mesmos termos das manifestações fundamentadas no caput do art. 557, do CPC. Assim, aplicando o princípio da fungibilidade conheço do presente Agravo Interno como Recurso de Agravo.

Inicialmente, em seu Recurso de Agravo, exsurge contra a decisão afirmando ser desarrazoada e desproporcional o entendimento dos danos morais, pois trata como um mero aborrecimento. Todavia, compulsando os autos, necessário se faz ilustrar o aspecto geral dos termos do processo, o qual é claramente demonstrado que a apelada sofreu por tal ato ilícito (art. 186, CC/02) cometido pela Cia. Claro S/A.

De grande valia ilustrar que a Sra. Maria José Rodrigues tentou realizar compras de materiais para a mesma e não obteve êxito em sua negociação, pelo fato do seu nome estar inserido nos órgãos de restrição ao crédito (SPC/SERASA).

Outrossim, mesmo que não houvesse tal conduta que tenha refletido nas suas negociações, impende registrar que a negativação indevida no cadastro nacional de inadimplentes, *de per si*, configura dano moral.

Vejamos o entendimento do STJ a respeito do caso:

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - INDENIZAÇÃO - REGISTRO INDEVIDO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES - DANO MORAL CONFIGURADO - PROVA DO DANO - DESNECESSIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PERCENTUAL - REVISÃO - SÚMULA 7/STJ - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO - NECESSIDADE - RECURSO IMPROVIDO.

(AgRg no REsp 1265919 / SC
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2011/0163622-9 - rel. Ministro MASSAMI UYEDA - T3 - TERCEIRA
TURMA - data do julgamento: 17/04/2012)

Vale registrar a acertada decisão, principalmente no tocante ao *quantum* indenizatório, tendo em vista se tratar de empresa de grande porte econômico o qual não teria um cunho pedagógico se fosse uma condenação de pequena monta. Por esta razão, é plenamente pacificado por este colegiado que o valor arbitrado pelo juízo de piso fora acertado, sem necessidade de minoração.

Precedentes do Superior Tribunal de Justiça a respeito do caso. *In verbis*:



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Indenização. Danos morais. Cobrança e registro indevidos no cadastro de inadimplentes. Juros de mora. Precedentes.

1. *Omissis.*

2. *A indenização fixada, 50 salários mínimos por cobrança e inscrição indevidas no cadastro de inadimplentes, não pode ser considerada absurda, tendo o Tribunal de origem se baseado no princípio da razoabilidade e proporcionalidade, que norteiam as decisões desta Corte.*

3. *Omissis.*

(AgRg no Ag 476632 / SP
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
2002/0128890-0 - Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO - T3 -
TERCEIRA TURMA - data do julgamento: 06/03/2003). (grifos acrescidos)

No tocante aos juros moratórios, tenho que rejeitar tal entendimento ilustrado em sua peça recursal. Tendo em vista se tratar de responsabilidade extracontratual a qual é plenamente pacificado que os juros se iniciam a partir do evento danoso, conforme a Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça.

Vejamos o precedente desta corte. *In verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. DANOS MORAIS. VALOR RAZOÁVEL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL.

1. *omissis.*

2. *omissis.*

3. *A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, foi estabelecida pela instância ordinária em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.*

4. *O termo inicial de incidência dos juros moratórios é a data do evento danoso. Incidência da Súmula 83/STJ.*

5. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 319642 / RS
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
2013/0086521-5 - rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI - T4 - QUARTA TURMA
- data do julgamento: 25/02/2014 - DJe 05/03/2014). (sublinhei)

Por todo o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente Recurso de Agravo, mantendo incólume a decisão fustigada.

É como voto.

Recife, 29-05-2014

Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
-Relator-